



316
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na
Apelação Cível nº 0342057-5
Embargante: Francisco Monteiro da Silva e Outros
Advogado: Jarbas Fernandes da Cunha Filho
Embargado: Estado de Pernambuco
Procurador: Emmanuel Becker Torres
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE INOCORRENTES. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES AO DESLINDE DA CAUSA. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER MÁCULA PREVISTA PELO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Segundo a correta inteligência da norma inserta no art. 535, do digesto processual civil, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, por isso, afirmar, na hipótese, que o julgado promoveu a análise suficiente de toda a matéria trazida no recurso.

2. No caso em apreço, o acórdão embargado analisou de forma concreta as questões fundamentais para o deslinde da presente controvérsia ao pronunciar que após a entrada em vigor da LC 32/01, não há mais que se falar em garantia de respeito ao valor mínimo do VBR, atrelado à Tabela de Escalonamento Vertical, nem tampouco em reflexos no cálculo de gratificações e vantagens individuais, haja vista a previsão do soldo em valores nominais em real. Desta forma, o direito pretendido pelas recorrentes, realmente, então de trato sucessivo, deixou de existir no mundo jurídico desde o ano de 2001, sendo certo que eventuais diferenças retroativas só poderiam ser reclamadas até o quinquênio subsequente, nos moldes do art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/32. Na hipótese vertente, a ação foi ajuizada em 26.05.2009, quando já ultrapassados mais de 08 (oito) anos da



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

vigência da LCE nº 32/01, lapso temporal este que evidencia a ocorrência da prescrição quinquenal, fulminando o próprio fundo de direito reclamado.

3. Acrescente-se, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça tem decidido, em relação à Lei Estadual nº 11.216/95, que o soldo percebido pelos servidores militares, embora tenha valor inferior ao do vencimento básico de referência (VBR), apenas constitui uma parcela que compõe a remuneração total, de valor superior ao do salário mínimo, motivos que afastam de maneira incontestável o direito pretendido pelos recorrentes.

4. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

5. Embargos de Declaração rejeitados, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0342057-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 25/09/14, unanimemente, em rejeitar os presentes embargos, nos termos do relatório, dos votos, da ementa e das notas taquigráficas constantes dos autos, que fazem parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator



317
AP

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na
Apelação Cível nº 0342057-5

Embargante: Francisco Monteiro da Silva e Outros

Advogado: Jarbas Fernandes da Cunha Filho

Embargado: Estado de Pernambuco

Procurador: Emmanuel Becker Torres

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração em face de aresto que negou provimento ao recurso de agravo mantendo a decisão terminativa que improveu o recurso de apelação cível promovido pela parte ora embargante preservando a sentença que indeferiu o pleito formulado pela parte recorrente na inicial, pois entendeu o juiz sentenciante que o pedido relativo à percepção das parcelas anteriores a março de 2001 foi atingido pela prescrição quinquenal e que as parcelas anteriores àquela data já foram reajustadas pela Lei Complementar Estadual nº 32/2001, perdendo o objeto o pedido.

Alega, inicialmente, que o acórdão invectivado foi omissivo ao não se pronunciar sobre seu questionamento a respeito dos efeitos da redução remuneratória mantida com a edição da LC 32/01, assim como teria silenciado quanto à suposta violação a seus direitos adquiridos e sobre a declaração de inconstitucionalidade da LC 32/01.

Suscita, ainda, a ocorrência de obscuridade e contradição arguindo que se até o advento da LC 32/01 a relação era de trato sucessivo, persistindo a lesão aos seus vencimentos com a edição da lei, esta lesão continuou a produzir efeitos a cada pagamento incorreto, se inserindo, assim, na previsão contida na Súmula 85 do STJ.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão alegada.

É o relatório.

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator



318
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na
Apelação Cível nº 0342057-5
Embargante: Francisco Monteiro da Silva e Outros
Advogado: Jarbas Fernandes da Cunha Filho
Embargado: Estado de Pernambuco
Procurador: Emmanuel Becker Torres
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Constituem os Embargos de Declaração recurso cabível para atacar obscuridades, contradições ou omissões existentes no provimento jurisdicional, nos termos do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material, sendo admissível, em face de construção jurisprudencial, contra decisões em sentido amplo.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão, contradição ou obscuridade a macular a decisão ora objurgada.

Com efeito, segundo a correta inteligência da norma inserta no art. 535, do digesto processual civil, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, por isso, afirmar, na hipótese, que o julgado promoveu a análise suficiente de toda a matéria trazida no recurso.

Nesse sentido está firmada a orientação da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FISCO DE VIOLAÇÃO À LEI. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 128 e 460 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ) 1. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisorio, não há como prosperar, porquanto inocorrentes as hipóteses



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. [...] 8. **Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.** 9. Agravo regimental desprovido. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1101780/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 03/12/2009).

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - ART. 149, V DO CTN - INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO E DE PAGAMENTO TOTAL DO CRÉDITO - CONTRADIÇÃO - NÃO-OCORRÊNCIA. 1. **Não ocorre ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, se o acórdão decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.** 2. Conforme jurisprudência majoritária do STJ, havendo pagamento parcial de tributo, o Fisco deve lançar a diferença no prazo previsto no art. 173, I, do CTN. Incidência da Súmula 83/STJ. 3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1109558/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 02/12/2009) - grifos nossos.

No caso em apreço, o acórdão embargado analisou de forma concreta as questões fundamentais para o deslinde da presente controvérsia ao pronunciar que, após a entrada em vigor da LC 32/01, não há mais que se falar em garantia de respeito ao valor mínimo do VBR, atrelado à Tabela de Escalonamento Vertical, nem tampouco em reflexos no cálculo de gratificações e vantagens individuais, haja vista a previsão do soldo em valores nominais em real.

Desta forma, o direito pretendido pelas recorrentes, realmente, então de trato sucessivo, deixou de existir no mundo jurídico desde o ano de 2001, sendo certo que eventuais diferenças retroativas só poderiam ser reclamadas até o quinquênio subsequente, nos moldes do art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/32.

Na hipótese vertente, a ação foi ajuizada em 26.05.2009, quando já ultrapassados mais de 08 (oito) anos da vigência da LCE nº 32/01, lapso temporal este que evidencia a ocorrência da prescrição quinquenal, fulminando o próprio fundo de direito reclamado, entendimento este que é solidamente pacificado por esta Corte de



319
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Justiça nos termos dos arestos de nºs 213647-2/02, 192148-2/01, 214621-2/01, 216393-1/01.

No mais, a decisão embargada acrescentou de forma clara e precisa que o Superior Tribunal de Justiça tem decidido, em relação à Lei Estadual nº 11.216/95, que o soldo percebido pelos servidores militares, embora tenha valor inferior ao do vencimento básico de referência (VBR), apenas constitui uma parcela que compõe a remuneração total, de valor superior ao do salário mínimo, motivos que afastam de maneira incontestável o direito pretendido pelos recorrentes.

O mero descontentamento da parte não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração visando a modificação do julgado, excepcionalmente admitida pelo ordenamento processual.

Verifica-se, pois, que a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utiliza os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir o mérito da causa, desiderato vedado na estreita via integrativa dos aclaratórios.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, poderá valer-se de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame pretendido em sede de Embargos de declaração.

A propósito, confirmam-se os seguintes arestos do STJ:

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA RECEBIDA POR PROCURADOR DIVERSO DO REPRESENTANTE NO FEITO - POSSIBILIDADE - ABANDONO DA CAUSA - APLICAÇÃO DO ART. 267, INCISO III E § 1º, DO CPC - EXTINÇÃO DO FEITO - AUSÊNCIA DE QUALQUER UM DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Despiciendo que a intimação se dê na pessoa do representante judicial atuante no feito já que a intimação não foi feita via remessa dos autos, hipótese prevista no parágrafo único do art. 25 da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execuções Fiscais. 2. In casu, a intimação da Fazenda Pública deu-se na forma do caput do referido dispositivo legal, e recebida, pessoalmente, pelo Chefe do Gabinete da Procuradoria-Geral do Município. Assim inexistente qualquer nulidade a ser sanada quanto ao ato



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

intimatório. 3. O embargante, inconformado, busca, com a oposição destes embargos declaratórios, ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. 4. A inteligência do art. 535 do CPC é no sentido de que a contradição, omissão ou obscuridade, porventura existentes, só ocorre entre os termos do próprio acórdão, ou seja, entre a ementa e o voto, entre o voto e o relatório etc, o que não ocorreu no presente caso. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no REsp 1130484/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 07/12/2009).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 482 DA CLT. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO. 1. Consoante dispõe o art. 535 do CPC, os embargos de declaração destinam-se a expungir do julgado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando, em regra, via própria à rediscussão do mérito da causa. 2. O acórdão proferido pelo Tribunal a quo, com fundamento nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela não-evidência da autoria dos fatos imputados ao agravado e pela não-configuração dos tipos jurídicos trabalhistas previstos no art. 482 da CLT. 3. Neste contexto, sua reforma demandaria o reexame das provas constantes dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor da Súmula 07/STJ. 4. Não demonstrando o embargante qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ou mesmo equívoco manifesto, capaz de ensejar a inversão do julgamento, não merecem acolhida os embargos. Precedentes. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 747529/RJ, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), Terceira Turma, DJ 01/12/2009) – grifos nossos.

Logo, inócuo o manejo dos presentes aclaratórios com a intenção de suprir inexistente omissão do acórdão.

Feitas essas considerações, voto pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator